

Senado vota texto até sexta-feira

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, disse ontem aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que as condições do acordo fechado com o Clube de Paris não irão prejudicar um entendimento com os bancos privados, e as queixas feitas por alguns banqueiros devem ser entendidas como movimentos que fazem parte de um processo de negociação. Ele reafirmou que o Brasil tem capacidade de pagar nos anos de 92 e 93, apenas US\$ 11,5 bilhões ao Clube de Paris e aos bancos privados — US\$ 4,1 bilhões já estão comprometidos com o Clube de Paris, o que descontentou os bancos privados.

No acordo fechado em Paris no final do mês passado, o Brasil reescalou o pagamento de US\$ 11 bilhões, dos US\$ 21 bilhões que deve aos credores governamentais. Além dos US\$ 4,1 bilhões, que se-

rão pagos em dois anos (dos quais US\$ 2,5 já estavam vencidos), há uma parcela de US\$ 1,3 bilhão a ser paga em cinco anos. O restante será pago ao longo de quatorze anos, até o ano 2006.

O presidente Gros explicou aos senadores que no ano passado o governo acreditou ser mais fácil iniciar as negociações da dívida externa pelos bancos privados. “Achamos que eles tinham mais flexibilidade para negociar, pois não faziam exigências de acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional (FMI)”, explica Gros. Entretanto, a boa receptividade com que os bancos receberam inicialmente a proposta brasileira foi substituída pela relutância em fechar um acordo. “Eles fizeram uma opção consciente, acreditando que aquele não era o melhor momento, pelo grau de incerteza que ainda cercava o Brasil”. Na avaliação de Gros, por

esperar, eles poderão receber menos pagamento do que previsto inicialmente, mas em compensação, poderão fechar o acordo em um ambiente com menos incertezas. “O produto agora custa mais caro mas é um produto melhor”, avalia Gros. Ele acredita que o acordo com o Clube de Paris irá facilitar as negociações, pois são os governos que concederam os financiamentos para formar as garantias dos pagamentos que serão acertados com os bancos.

O Senado Federal, que tem a incumbência de aprovar ou rejeitar os acordos externos do País, deverá receber o texto oficial do acordo com o Clube de Paris ainda esta semana, submetendo-o a votação até sexta-feira. O presidente Gros lembrou que só após a aprovação dos senadores é que o governo brasileiro assinará os contratos com os credores.